

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E DEMAIS MEMBROS
DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGES –
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Pregão Eletrônico N° 52/2026 – UASG 988183
Processo N° 106/2026

A. P. S. PEREIRA VIGILANCIA LTDA (empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 27.543.573/0001-18, com sede na Rua Gabriel Felizardo De Mello, nº 103, Guaiuba, Imbituba, SC) representada por Tiago Pereira (brasileiro, casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade de nº 4.603.827/SSP/SC, inscrito no CPF nº 007.281.739-99, residente e domiciliado na Rua Pedro de Carvalho, nº 64, Campo da Aviação, Imbituba, SC), vem à presença Vossa Senhoria, com escoro na Lei de Licitações, tempestivamente, apresentar

CONTRARRAZÕES

ao inconsistente e infundado Recurso interposto por **AMAZON SECURITY LTDA** (devidamente qualificada nos autos do certame) perante esse ente público, que ataca a decisão de habilitação da Contrarrazoante.

Antes de mais nada, deve-se destacar que o único intuito da empresa Recorrente é o de tumultuar e prejudicar o andamento do certame,



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admappereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

eis que manifestadamente incabível, vez que pugna exclusivamente que sejam desconsiderados os princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios, em total afronta a tudo o que resta positivado em nossa legislação.

I. DELIMITAÇÃO DO CONTEXTO RECURSAL E DO OBJETO DE ANÁLISE

De início, nobre Pregoeiro, é de se dizer que A Recorrente pretende desconstituir a habilitação da A. P. S. Pereira Vigilância Ltda. sob alegações que não encontram respaldo no edital, nos documentos efetivamente apresentados no sistema e na própria dinâmica operacional do Compras.gov.br.

Em síntese, sustenta que a Recorrida teria deixado de apresentar planilha de custos, que seu preço seria inexequível, que não teria apresentado documentos de qualificação técnica, que haveria ausência de informações complementares do item 6.22.5.1 do edital e que a Agente de Contratação teria falhado na análise da proposta.

Todavia, tais alegações partem de premissa equivocada, haja vista, presumir a Recorrente que, pelo fato de o sistema registrar o envio de “1 anexo”, teria sido encaminhado apenas um documento isolado.

Ocorre que, no sistema Compras.gov.br, é plenamente possível o envio de arquivo único contendo diversos documentos internos, inclusive proposta, declarações, certidões, atestados, autorizações, CNVs, certificados e demais documentos comprobatórios.

Foi exatamente o que ocorreu.

A Recorrida encaminhou arquivo consolidado contendo proposta readequada, documentos de regularidade, certidões, declarações,



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

atestados de capacidade técnica, documentos expedidos pela Polícia Federal, lista de vigilantes, certificados de formação e Carteiras Nacionais de Vigilante, não havendo qualquer omissão material capaz de justificar sua desclassificação ou inabilitação.

Diante dessas alegações, passa a Recorrida a contestá-las pontualmente, demonstrando que cumpriu rigorosamente as exigências do edital e da legislação pertinente e que o recurso interposto carece de fundamento fático e jurídico, restando evidente que a Recorrente desconhece integralmente o arcabouço legislativo aplicável e dinâmica operacional do Compras.gov.br, devendo ser integralmente **IMPROVIDO**.

II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

a. Da Improcedência Da Alegação De Ausência De Planilha De Custos

Acerca do mérito, importa dizer que a primeira razão recursal deve ser rejeitada porque o edital não estabeleceu, de forma expressa e autônoma, a obrigatoriedade de apresentação de planilha analítica de composição de custos como condição de aceitação da proposta no momento indicado pela Recorrente.

O item 6.22.5 do edital exige o envio da proposta adequada ao último lance, acompanhada dos documentos de habilitação não constantes ou vencidos no SICAF.

Não se pode ampliar a exigência editalícia por interpretação extensiva para criar, após a disputa, requisito de desclassificação não claramente imposto no instrumento convocatório.



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

A Recorrida apresentou a proposta readequada com o valor ofertado, assumindo expressamente a responsabilidade pela execução do objeto nos termos do edital e do termo de referência.

Além disso, ao participar do certame, declarou estar ciente de que sua proposta compreende todos os custos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, operacionais, materiais, equipamentos, uniformes, EPIs e demais encargos necessários à execução do serviço.

A alegação da Recorrente confunde duas situações distintas, quais sejam, **(i)** uma coisa é a Administração, diante de dúvida concreta, poder solicitar esclarecimentos ou diligência para aferição da exequibilidade, **(ii)** a outra, completamente diferente, é afirmar que a ausência de planilha analítica, quando não expressamente exigida como documento obrigatório no ato convocatório, geraria desclassificação automática.

Portanto, não havendo exigência clara, específica e inequívoca de apresentação de planilha de custos como condição formal de aceitação da proposta readequada, deve prevalecer o princípio da vinculação ao edital, mas em favor da Recorrida, que cumpriu exatamente aquilo que foi solicitado no instrumento convocatório.

b. Da exequibilidade da proposta

Também não procede a alegação de inexecutabilidade!

A Recorrente limita-se a afirmar que o valor de R\$ 28,30 por hora seria inexecutável porque inferior ao valor máximo estimado pela Administração, mas não apresenta demonstração objetiva, planilha comparativa, cálculo técnico ou prova concreta de impossibilidade de execução.



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

O simples fato de a proposta estar abaixo do preço estimado não a torna inexecutável.

O preço máximo da Administração constitui **TETO** de aceitabilidade, e não piso obrigatório de contratação.

Se assim não fosse, toda licitação por menor preço perderia sua finalidade, pois qualquer desconto relevante seria artificialmente tratado como irregular.

A proposta da Recorrida representa desconto compatível com a lógica competitiva do pregão eletrônico e decorre da estrutura operacional própria da empresa, sua experiência anterior, sua capacidade de alocação de mão de obra, seus contratos já executados e sua regularidade perante os órgãos competentes.

Além disso, a Recorrida declarou expressamente que sua proposta contempla todos os custos necessários à execução do objeto.

Eventual discordância subjetiva da Recorrente quanto ao preço vencedor não autoriza a desclassificação da melhor proposta, especialmente quando não há prova concreta de incapacidade financeira, operacional ou trabalhista.

Assim, ausente demonstração objetiva de inexecutabilidade, o pedido recursal deve ser rejeitado.

Subsidiariamente, caso a Administração entenda necessário algum esclarecimento adicional, a medida adequada seria diligência, jamais a imediata desclassificação pretendida pela Recorrente.

c. Da regular apresentação dos documentos de qualificação técnica



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

No mesmo sentido, a terceira alegação recursal também não merece prosperar!

A Recorrente afirma que a Recorrida não teria apresentado atestados de capacidade técnica, certificados de formação e CNVs de ao menos cinco profissionais, mas tal afirmação não corresponde à realidade documental.

A Recorrida apresentou documentação técnica suficiente, incluindo atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto, documentos de regularidade perante a Polícia Federal, lista de vigilantes, certificados de formação e Carteiras Nacionais de Vigilante.

O Termo de Referência exige atestado de capacidade técnica para comprovação de execução de serviço similar e compatível, bem como comprovação de profissionais habilitados.

Tais documentos foram encaminhados pela Recorrida, razão pela qual não há qualquer violação ao edital.

A tese da Recorrente nasce exclusivamente de uma leitura equivocada do sistema.

O fato de constar “1 anexo” não significa “1 documento”.

Manifesto que a insurgência recursal revela manifesta inconsistência fática.

A Recorrente fundamenta parcela significativa de sua tese no fato de o sistema Compras.gov.br registrar o envio de “1 anexo”, tentando induzir a conclusão de que apenas um único documento isolado teria sido apresentado pela Recorrida.

Ocorre que tal alegação demonstra, no mínimo, desconhecimento acerca do funcionamento básico da plataforma eletrônica



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

utilizada no certame, uma vez que é absolutamente comum e amplamente praticado pelos licitantes o envio de arquivo único consolidado contendo múltiplos documentos internos, organizados em sequência, inclusive propostas, certidões, declarações, atestados, certificados e demais documentos de habilitação.

Assim, duas hipóteses se apresentam: **(i)** ou a Recorrente sequer analisou adequadamente o conteúdo do arquivo efetivamente anexado pela Recorrida antes de formular suas acusações, agindo de maneira temerária e desidiosa; **(ii)** ou, tendo plena ciência de que o arquivo contemplava a documentação exigida, optou deliberadamente por sustentar narrativa incompatível com os elementos constantes do sistema, em evidente afronta aos deveres de lealdade, boa-fé e seriedade que devem nortear a atuação dos licitantes perante a Administração Pública.

Em qualquer dos cenários, resta evidente a fragilidade da argumentação recursal, construída não sobre efetiva ausência documental, mas sim sobre mera tentativa de criar artificialmente dúvida acerca da regular habilitação da Recorrida.

Portanto, tendo a Recorrida apresentado documentação técnica apta a comprovar sua experiência e sua capacidade operacional, não há fundamento para inabilitação.

d. Da regularidade das informações do item 6.22.5.1

Também é improcedente a alegação de ausência das informações complementares previstas no item 6.22.5.1 do edital.

A proposta readequada e a documentação apresentada pela Recorrida contêm os elementos essenciais à identificação da empresa, seus



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

dados cadastrais, meios de contato, informações bancárias e dados necessários à formalização contratual.

Ainda que se entendesse pela necessidade de complementação pontual de alguma informação cadastral, tal circunstância jamais configuraria vício insanável.

Dados como telefone, e-mail, endereço, responsável pela assinatura ou informações bancárias são elementos passíveis de conferência, saneamento ou complementação, sem alteração da proposta, sem modificação do preço e sem prejuízo à isonomia entre os licitantes.

A tentativa da Recorrente de transformar eventual detalhe formal em causa de inabilitação revela excesso de formalismo, contrário ao interesse público e à busca da proposta mais vantajosa.

e. Da correta atuação da agente de contratação

Não houve falha da Agente de Contratação.

Evidente que a decisão de aceitar a proposta e habilitar a Recorrida observou o edital, a documentação apresentada e os princípios que regem o procedimento licitatório.

A Administração não está obrigada a acolher presunções formuladas por concorrente inconformada com o resultado.

A atuação do pregoeiro deve se pautar por elementos objetivos constantes dos autos, e não por alegações genéricas de quem pretende desconstituir proposta mais vantajosa sem demonstrar efetivo descumprimento editalício.

A Recorrida apresentou proposta válida, preço inferior ao orçamento estimado, documentação técnica e documentos de habilitação.



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

Não há vício insanável, não há ausência de qualificação técnica, não há prova de inexecutabilidade e não há prejuízo à Administração.

Ao contrário, o acolhimento do recurso criaria prejuízo ao Município de Lages, pois afastaria licitante regularmente habilitada e detentora da proposta mais vantajosa com base em alegações meramente formais e equivocadas.

f. Da conduta da recorrente e da ausência de prejuízo ao certame

Chama atenção que a Recorrente, em vez de demonstrar objetivamente qualquer irregularidade, constrói sua argumentação sobre suposições decorrentes da forma de visualização dos anexos no sistema eletrônico.

Tal conduta não pode prevalecer.

A licitação não pode ser paralisada ou tumultuada por insurgência fundada em interpretação equivocada do funcionamento do Compras.gov.br, especialmente quando a documentação apresentada pela Recorrida comprova o atendimento das exigências editalícias.

Além disso, importante que se verifique e, caso se constate nos autos, que a Recorrente não possui regular autorização ou condição operacional para prestação de serviços no Estado de Santa Catarina, tal circunstância reforça a necessidade de análise rigorosa de sua própria aptidão para questionar a contratação, evitando-se que o procedimento seja utilizado apenas como meio de retardar ou tumultuar a contratação pública.

Tal conduta, inclusive, admite análise sob a ótica da aplicação subsidiária e analógica dos princípios processuais previstos no Código de



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

Processo Civil, especialmente aqueles relacionados à litigância de má-fé e aos deveres de lealdade processual.

Isso porque a Recorrente apresenta alegações dissociadas da realidade documental constante do sistema, buscando induzir a Administração Pública a erro mediante narrativa incompatível com os próprios arquivos efetivamente disponibilizados no certame.

Conforme destacado em estudo especializado¹ acerca do chamado “*improbus litigator*” nas licitações, a utilização abusiva do direito de petição e de recursos administrativos pode configurar verdadeira “abusive litigation”, caracterizada pela utilização do processo administrativo licitatório não para tutela legítima de direito, mas como mecanismo de atraso, tumulto ou criação artificial de obstáculos ao regular andamento da contratação pública.

O referido estudo ressalta, inclusive, que o artigo 4º da Lei nº 9.784/99 impõe ao administrado o dever de expor os fatos conforme a verdade, proceder com boa-fé e não agir de modo temerário, sendo plenamente possível a aplicação analógica das hipóteses do artigo 80 do CPC aos procedimentos licitatórios.

Nessa linha, o artigo 80 do CPC considera litigante de má-fé aquele que altera a verdade dos fatos, procede de modo temerário, provoca incidente manifestamente infundado ou interpõe recurso com intuito manifestamente protelatório.

Embora o presente procedimento possua natureza administrativa, a doutrina especializada reconhece que tais parâmetros

¹ <https://sollicita.com.br/Noticia/20394/o-que-fazer-com-o-%E2%80%99Cimprobus-litigator%E2%80%99D-nas-licita%C3%A7%C3%B5es%3F>



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admappereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

podem e devem ser utilizados como vetores interpretativos para preservação da moralidade administrativa, da boa-fé objetiva e da eficiência do procedimento licitatório, especialmente quando o recurso se mostra construído sobre alegações frontalmente incompatíveis com a documentação efetivamente constante do sistema eletrônico.

Assim, caso constatado que a Recorrente possuía plena ciência da documentação efetivamente apresentada pela Recorrida e, ainda assim, sustentou deliberadamente tese de inexistência documental apenas para criar embaraços indevidos ao certame, retardar a contratação pública ou tumultuar o regular andamento do procedimento, mostra-se plenamente possível o reconhecimento do caráter manifestamente protelatório do recurso, inclusive com eventual apuração de conduta incompatível com os deveres de boa-fé e lealdade processual-administrativa.

Destarte, verifica-se que o presente recurso extrapola os limites do legítimo exercício do direito de petição e do contraditório administrativo, aproximando-se de conduta processual temerária e potencialmente protelatória, especialmente diante da tentativa de sustentar narrativa incompatível com os documentos efetivamente constantes do sistema eletrônico.

A Administração Pública não pode admitir que o procedimento licitatório seja utilizado como instrumento de criação artificial de controvérsias ou de retardamento indevido da contratação mais vantajosa.

Por tais razões, requer-se o total afastamento das alegações recursais, reconhecendo-se a manifesta fragilidade técnica e jurídica do inconformismo apresentado pela Recorrente, com a consequente manutenção integral da decisão que aceitou a proposta e habilitou a Recorrida, preservando-se os princípios da vinculação ao instrumento



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

convocatório, da competitividade, da eficiência, da boa-fé objetiva e da busca da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

III. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, demonstra-se que **nenhum dos pontos levantados pela Recorrente prosperam**, haja vista que o recurso interposto não demonstra ilegalidade, vício ou prova de inexecutabilidade.

A decisão administrativa que declarou vencedora e habilitada a A. P. S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA encontra-se juridicamente fundamentada, tecnicamente respaldada e compatível com a Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, requer a Recorrida o recebimento das presentes contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela empresa AMAZON SECURITY LTDA., por serem tempestivas e regulares, com o total **NÃO PROVIMENTO** do recurso administrativo, rejeitando-se integralmente todas as alegações lançadas pela Recorrente, diante da manifesta ausência de fundamento fático, técnico e jurídico, com a manutenção integral da decisão administrativa que aceitou a proposta apresentada pela A. P. S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA. para o Pregão Eletrônico nº 52/2026, por absoluta observância às disposições editalícias.

Subsidiariamente, caso Vossa Senhoria entenda necessária qualquer complementação ou esclarecimento pontual acerca da proposta ou da documentação apresentada, que seja determinada a realização de diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, privilegiando-se o formalismo moderado, a busca da verdade material e a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapsperiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18

Ainda, seja reconhecido o caráter manifestamente protelatório do recurso, diante da utilização de alegações incompatíveis com os documentos efetivamente constantes do sistema eletrônico, com a consequente adoção das medidas administrativas que entender cabíveis, diante da possível afronta aos deveres de boa-fé, lealdade e seriedade que devem nortear a atuação dos licitantes perante a Administração Pública.

Por fim, pugna-se pela fiel observância dos princípios reitores das licitações – especialmente o julgamento objetivo, a vinculação ao edital, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa – destacando que a manutenção do resultado do certame atende ao interesse público, uma vez que a Recorrida apresentou a melhor proposta e comprovou sua aptidão para executar o contrato nos exatos termos exigidos, com a adjudicação e posterior homologação do procedimento em favor da A. P. S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

Termos em que,

Pede deferimento.

Imbituba, SC, 18 de maio de 2026.

PONTO FORTE

A. P. S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

Tiago Pereira



A.P.S. PEREIRA VIGILÂNCIA LTDA.

WhatsApp: (48) 9 99570797

Endereço: Rua Gabriel Felizardo de Mello, Guaiuba, Imbituba, SC - CEP 88780-000

E-mail: admapspereiravigilancia@gmail.com

CNPJ: 27.543.573/0001-18